



A cultura histórica do atraso no Brasil: ideias e conceitos na operação política do tempo

NEILAINÉ RAMOS ROCHA DE LIMA

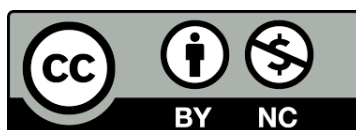
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ 

CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

v. 43, e268199, 2025

<https://doi.org/10.51359/2525-5649.2025.268199>

e-ISSN: 2525-5649



A cultura histórica do atraso no Brasil: ideias e conceitos na operação política do tempo

RESUMO: Existem duas importantes dimensões da Cultura da História: a dimensão cognitiva e a política. A partir dessa proposição de Jörn Rüsen, o presente trabalho entende que, ao longo da história brasileira, se configurou uma cultura histórica do atraso. Esse processo ocorre em razão de uma visão alócronica, de um tempo universal, que padronizaria o que seria moderno e desenvolvimento, ao mesmo tempo que sinalizaria o antigo, o subdesenvolvido e o atraso. A partir dessa lógica, surge a necessidade de sincronização, que deve ser executada por uma operação política do tempo. Para a verificação da constituição da Cultura da História do atraso, daremos enfoque a alguns momentos do Brasil republicano, dando destaque à dimensão cognitiva, a partir da análise de narrativas de importantes intelectuais brasileiros, e à dimensão política, pela análise de slogans de campanhas políticas. Como base teórica, utilizamos os seguintes autores: Jörn Rüsen, Reinhart Koselleck, Johannes Fabian, Dipesh Chakrabarty e Helge Jordheim.

PALAVRAS-CHAVE: cultura histórica; atraso; alócronismo; intelectuais; política.

La cultura histórica del atraso en Brasil: ideas y conceptos en la operación política del tiempo

RESUMEN: La Cultura de la Historia tiene dos dimensiones importantes: la cognitiva y la política. A partir de esta propuesta de Jörn Rüsen, este trabajo comprende que, a lo largo de la historia brasileña, se ha configurado una cultura histórica del atraso. Este proceso se debe a una visión alocrónica, de un tiempo universal, que estandarizaría lo moderno y desarrollado, a la vez que señalaría lo antiguo, subdesarrollado y atrasado. De esta lógica surge la necesidad de sincronización, que debe ejecutarse mediante una operación política del tiempo. Para verificar la constitución de la Cultura de la Historia del atraso, nos centraremos en algunos momentos del Brasil republicano, destacando la dimensión cognitiva, mediante el análisis de narrativas de importantes intelectuales brasileños, y la dimensión política, mediante el análisis de eslóganes de campañas políticas. Como base teórica, utilizamos a los siguientes autores: Jörn Rüsen, Reinhart Koselleck, Johannes Fabian, Dipesh Chakrabarty y Helge Jordheim.

PALABRAS CLAVE: cultura histórica; retraso; alocronismo; intelectuales; política.

The historical culture of backwardness in Brazil: ideas and concepts in the political operation of time

ABSTRACT: There are two important dimensions of Historical Culture: the cognitive and the political. Based on Rüsen's proposition, this study understands that, throughout Brazilian history, a historical culture of backwardness was configured. This process results from an allochronic view of a universal time, which would standardize what is considered modern and developmental, while at the same time signaling what is ancient, underdeveloped, and backward. From this logic arises the need for synchronization, which must be carried out through a political operation of time. To verify the constitution of the Historical Culture of backwardness, we focus on specific moments of Republican Brazil, highlighting the cognitive dimension through the analysis of narratives of important Brazilian intellectuals, and the political dimension through the analysis of political campaign slogans. The theoretical framework is based on the works of Jörn Rüsen, Reinhart Koselleck, Johannes Fabian, Dipesh Chakrabarty, and Helge Jordheim.

KEYWORDS: historical culture; backwardness; allochronism; intellectuals; politics.

A cultura histórica do atraso no Brasil: ideias e conceitos na operação política do tempo

NEILAINÉ RAMOS ROCHA DE LIMA

Introdução

Algumas frases, slogans resumem um sintoma, um espírito de um tempo, como se essas frases, essas palavras fossem portadoras de conceitos que refletem elementos de uma cultura histórica brasileira, em que os aspectos de temporalidade, na medida em que o passado, presente e futuro são suscitados, são representados nas palavras, conceitos e sentidos. Em 1941, o escritor austríaco Stefan Zweig publicou o livro “Brasil, país do futuro”, uma obra baseada em relatos de viagem desse intelectual europeu, que ressaltava o potencial do país e suas qualidades naturais e culturais, frente às crises que a Europa vivia no contexto da Primeira e Segunda Guerra Mundial.¹ A obra inicialmente desperta interesse pelo seu otimismo utópico; porém, com o tempo, suscita críticas por não abordar questões que levassem em conta os problemas políticos e econômicos que o Brasil vivia naquele momento. Todavia, a ideia e a frase ficaram no inconsciente coletivo, sendo repetidas inúmeras vezes, principalmente em discursos políticos, sendo assim apropriada como um lembrete de carência de futuro e necessidade de superação do atraso, ressaltando, assim, o sintoma de uma cultura histórica do atraso.

Outras frases e slogans políticos foram sintomáticos desse perfil de necessidade de orientação para a superação do atraso, havendo repetição do uso de palavras que indicavam temporalidades, concepções de passado, presente e futuro. Essas frases, palavras e conceitos nos interessam, pois partimos delas para perceber o imaginário coletivo brasileiro, que cria uma face da própria identidade nacional, expressa no campo da cultura e da política, evidenciando uma dimensão da cultura histórica do atraso no Brasil.

Outra fonte importante para pensarmos essa questão está ligada às ideias dos intelectuais, que se apresentam como figuras importantes de elaboração de

¹ Stefan Zweig, *Brasil, país do futuro*, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1941.

uma narrativa, acerca da identidade nacional, de suas raízes históricas e de prognósticos que apontavam caminhos para a superação do atraso. Esses intelectuais de matrizes teóricas distintas, carregavam discursos alócronos, à medida que pensavam o Brasil em comparação a outras nações, com o poder econômico maior e sincrônicos, quando alertam para a existência de um atraso que precisaria ser corrigido pelo Estado.

Diante dessa realidade, o presente artigo busca compreender as bases teóricas que consolidam a ideia de uma cultura histórica do atraso no Brasil, a partir de aspectos da história dos conceitos, que concebe como fundamento a questão da temporalidade.

Nossa hipótese está na ideia de que a cultura histórica do atraso está ligada à ideia de que o Brasil vivia um descompasso temporal, com base no tempo europeu, o tempo do outro, elaborando assim um tempo alócronico que precisava ser ajustado por forças políticas e intelectuais, para que o Brasil vivesse no tempo do futuro e não do passado. Era necessário, então, um movimento de sincronização, percebido principalmente por intelectuais, que iremos observar entre os anos de 1940 e 1970, e em slogans políticos, que perpassam as décadas do século XX e XXI.

Sendo assim, o problema central deste trabalho busca compreender como essa cultura histórica do atraso se elabora a partir dessas perspectivas temporais, que hoje teoricamente podemos associar aos conceitos de alócronismo e sincronismo, tendo como fundamentos os trabalhos de Jörn Rüsen, Reinhart Koselleck, Johannes Fabian, Dipesh Chakrabarty e Helge Jordheim, partindo do ponto de análise de conceitos existentes em slogans políticos e teorias de importantes intelectuais, influenciadores de uma cultura histórica brasileira.

Os conceitos temporais nos slogans políticos e a operação política do tempo

A figura do Estado como governante do tempo é muito antiga; basta lembrarmos do exemplo que Koselleck traz ao relatar que, desde o século XVII, o chamado Rei Sol, Luís XIV, já era conhecido como “cronocrata”, pois teria sabedoria para reinar no presente, utilizar sua memória para governar o passado e, por meio de suas previsões, governar o futuro.²

No Brasil, em diferentes momentos da história, várias fontes poderiam nos mostrar essa tentativa de intervenção do Estado no tempo, e isso se justifica pelo que a própria sociedade entende como uma carência de orientação, um

² Reinhart Koselleck, *Estratos do tempo: estudos sobre história*, Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2014.

descontentamento com a própria realidade que busca uma nova direção. Esse pensamento se destaca nas frases e slogans de campanhas políticas; essas frases carregam a intenção mais objetiva e cristalizadora de determinado governante, mas também são uma expressão das expectativas de parte da sociedade. Esses slogans são produtos de um processo de comunicação e identificação da sociedade com seus candidatos:³

(...) no domínio de uma linguística discursiva, muitos são os teóricos que concordam com a ideia de que, nas interações verbais, sejam elas monológicas ou dialógicas, os falantes representam em seus discursos, de acordo com suas intenções comunicativas, algumas vezes de forma inconsciente, as vozes de outros sujeitos, atribuindo (ou não) a responsabilidade da enunciação.⁴

O slogan político é um ato linguístico, que se define como “imagem de si”, que não se concentra apenas na imagem do político como indivíduo, mas também na identidade de um grupo. Assim, o slogan carregaria um *ethos*, uma personalidade discursiva, com algumas funções, como a função de designar práticas, mudanças e fixar na memória de seus receptores determinada mensagem.⁵ Sendo assim, é portador e elaborador de cultura histórica, pois, ao mesmo tempo que é fruto dessa cultura, busca fixar na memória coletiva esses conceitos.

Muitos slogans poderiam ser analisados aqui, principalmente porque, em muitos momentos da história da república brasileira, eles retomam a ideia de temporalidade, que é nosso foco; mas, tendo em vista os limites deste trabalho, escolho aqui alguns exemplos conhecidos e característicos desse sintoma de percepção de uma operação política do tempo.

Damos início à análise de uma frase icônica, que foi lema da campanha política de Juscelino Kubitschek em 1955: “50 anos em 5”. Foi uma frase que expressava a essência das propostas de Kubitschek, que, através de seu Plano de Metas, buscava acelerar o crescimento econômico do Brasil, ao passo que se visualizava a superação do subdesenvolvimento, ajustando os ponteiros do

³ Adolpho Queiroz e Carlos Manhanelli, “Breve história dos slogans políticos nas eleições do Brasil republicano”, *Signos do Consumo*, São Paulo, v. 1, n. 2 (2009), pp. 235-253, <https://doi.org/10.11606/issn.1984-5057.v1i2p235-253>.

⁴ Micheline Mattedi Tomazi e Ana Cristina Carmelino, “Slogan Político: Ethos e Polifonia em Questão”, *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 4, n. 4 (2010), pp. 111-130.

⁵ Tomazi e Carmelino, “Slogan Político”, pp. 111-130.

relógio nacional, adiantando 50 anos em 5 e sincronizando o país com o futuro, como o tempo dos países desenvolvidos.

Ainda pensando em slogans de campanhas políticas, avançamos no tempo e destacamos frases tais como: “Juntos chegaremos lá” (1989 – Afif Domingos); “Collor é o progresso”, “Um novo tempo vai começar” (1989 – Collor de Melo); “O Brasil não pode voltar atrás”, “Avança Brasil” (1998-2001 – Fernando Henrique Cardoso); “Mais mudanças, mais futuro”, “O Brasil vai continuar mudando” (2014 – Dilma Rousseff), entre outros.

Há algo que se repete nesses slogans, refletindo um sintoma na cultura política ou na mentalidade coletiva: o slogan é do político, mas precisa da correspondência dos eleitores. Primeiramente, não é apenas uma ideia imposta, mas compartilhada e aceita por pelo menos parte da população. Em segundo lugar, em todas essas frases de políticos dos anos 1950 aos anos 2000, a ideia de superação do atraso e de avançar no tempo é persistente.

Acelerar o tempo em 50 anos, “Juntos chegaremos lá” – onde seria o “lá”, senão o futuro desejado; vemos o vínculo da própria figura do governante à ideia de progresso (“Collor é o progresso”) ou à ideia de uma nova era (“Um novo tempo”), superando o que estava posto até então. Na ótica de Fernando Henrique Cardoso, a ideia de não retroceder, de avançar, está ligada à ideia de atraso e desenvolvimento; “Avança Brasil” foi um plano de governo com várias medidas que indicavam os rumos para o desenvolvimento econômico. No governo Dilma, frases que expressam a ideia de continuidade do desenvolvimento iniciado no governo Lula enfatizam a continuidade da mudança, e essa mudança é sinônimo de futuro. Todas essas frases ainda se casam com a ideia de um país do futuro, porém um país do futuro que ainda mora no passado.⁶

Essa breve discussão é o ponto de partida do nosso trabalho. Ao perceber que nos associamos a um discurso alócronico, que concebe o Brasil atrasado em relação ao outro ou às nações desenvolvidas economicamente, a tendência social é nos propormos como cidadãos a vencer esse atraso, a nos sincronizar com o tempo do outro. Porém, para que o Brasil seja sincronizado ao outro, seja 50 ou

⁶ Cabe salientar a existência de outros slogans que tiveram significado importante, na medida em que cristalizavam o espírito de determinados contextos e governos, como é o caso do slogan de Jair Messias Bolsonaro, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, que indicava sua forte ligação com valores religiosos. Também recentemente, a troca de slogan do governo Lula, de “União e Reconstrução” – que indicava um contraponto a uma sociedade polarizada, circunstância elementar do início de seu mandato – para “Do lado do povo brasileiro”, enfatizou a resposta frente à ameaça à soberania brasileira, a partir das imposições de Donald Trump em 2025, aumentando as tarifas sobre produtos importados do Brasil pelos EUA. Esses são exemplos atuais, que expressam, não diretamente, a questão da temporalidade, mas o sintoma do presente, das questões políticas e ideológicas de um contexto, que pode ser resumido em uma frase de slogan.

100 anos de diferença, essa sincronização é concebida de forma desnaturalizada, portanto acelerada, através da ideia de um Estado portador de um poder de mudança.

A desnaturalização e aceleração do tempo do atraso

Um dos grandes nomes da historiografia é fundamento do presente trabalho, Koselleck, como suas várias obras não só fornece elementos teóricos para pensarmos essas heterocromias, os tempos múltiplos, como também é ponto de referência para outros teóricos que utilizaremos no texto, portanto é indispensável partirmos dele para compreendermos as ideias em torno da aceleração do tempo histórico, e como elas se constituem principalmente a partir do período moderno e suas implicações ao novo regime de historicidade em que o futuro ganha destaque nas teorias históricas, e não só nelas, mas também nos projetos políticos e teorias econômicas. Portanto, pensar a desnaturalização do tempo é admitir a ideia do atraso na subjetividade das experiências distintas de nações diferentes, e isso é ponto de partida para pensarmos como se elabora uma cultura histórica que dá ênfase a ideia de atraso.

No processo em que o relógio foi um instrumento importante, de controle do tempo, algumas barreiras ainda precisavam ser rompidas, o relógio ainda seguia o tempo natural, não se poderia acelerar o relógio, por sua vez um símbolo que se destaca nesse processo de necessidade de aceleração, foi a locomotiva. As ferrovias eram um símbolo de desenvolvimento, progresso, futuro, pois elas trilhavam o caminho da aceleração, o tempo de uma distância a outra foi acelerado, economia de tempo, deslocamento de pessoas e produtos, avanço econômico, tempo acelerado, mais lucro, pois “tempo é dinheiro”, como diria Benjamim Franklin.⁷

O relógio era capaz de medir a aceleração, mas não de simbolizá-la. Isso só se tornou possível com a ferrovia e seu aparato metafórico: Marx falou das revoluções como ‘locomotivas da história’; não, porém como ‘relógio da história’. Este era o limiar que precisava ser ultrapassado para que a aceleração se transformasse na experiência dominante de uma nova geração.⁸

Portanto a aceleração é uma variante da categoria histórica do progresso. A transformação, a mudança podem ser comparadas a uma dinâmica de

⁷ Benjamin Franklin, “Advice to a Young Tradesman, Written by an Old One”, in *The Papers of Benjamin Franklin* (Vol. 3), New Haven: Yale University Press, 1961, pp.305-308 (p. 305).

⁸ Koselleck, *Estratos do tempo...*, p. 146.

velocidade aritmética, por sua vez a aceleração é comparada em uma escala geométrica, a aceleração não é simples mudança, ela qualifica o “progresso da história”.⁹

A aceleração a partir do século XVIII, passa a ser um conceito de experiência da própria modernidade, o moderno chega na velocidade da locomotiva, e ele se expressa nas rápidas transformações políticas ou como produto das inovações técnico-industrial.

(...) existe uma combinação dessas duas possibilidades, que hoje talvez seja a forma mais frequente: ela consiste no estágio técnico-industrial já alcançado pelos países desenvolvidos e que no futuro deverá ser alcançado pelos países menos desenvolvidos. Disso se segue compulsoriamente que o atraso só pode ser recuperado por meio de uma aceleração. Também aqui aparece a simultaneidade do assíncrono, que contém um grande potencial de conflitos. Além disso, apresenta-se nela um enlaçamento de experiência e expectativa, cuja diferença contém o desafio de ser superada de modo acelerado. A experiência destes é a expectativa daqueles (...).¹⁰

A indústria, a cidade, as inovações tecnológicas seriam indicativas de um tempo acelerado, onde a transformação das paisagens demonstrava a mudança, em relação ao passado que precisava ser superado. Portanto, o primeiro elemento para pensarmos uma cultura histórica do atraso, é levar em consideração o que seria o progresso. A modernidade é um dos fundamentos temporais do conceito de progresso, que indica um tempo acelerado. Na frase “50 anos em 5”, o que se observa é a aceleração, não mera transformação, mas aceleração para que o Brasil fosse colocado em alinhamento ao tempo das nações desenvolvidas, porém para que o alinhamento ocorresse existiria um tempo que não era do Brasil, mas era do outro, um tempo alócronico.

O alócronismo e sincronismo no tempo do atraso

Em 1983, o antropólogo Fabian em sua obra “Time and the Other” cria o termo “alocronismo” “o tempo do outro”, para indicar a operação temporal colonial.¹¹ A obra é produto de uma antropologia crítica que impactou à área a partir dos anos de 1970, principalmente com a produção intelectual de

⁹ Koselleck, *Estratos do tempo...*, pp. 152-153.

¹⁰ Koselleck, *Estratos do tempo...*, p. 16.

¹¹ Johannes Fabian, *Time and the Other: How Anthropology Makes Its Object*, New York: Columbia University Press, 1983.

antropólogos como Bob Scholte que salientava a necessidade da objetivação do outro, dando ênfase à história peculiar de cada povo.¹² Essa crítica se dá em resposta aos acontecimentos históricos dos movimentos de independência pós-colonial no chamado terceiro mundo; movimentos estudantis; greves e outros movimentos populares principalmente em 1968.

As bases epistemológicas dessa antropologia crítica repousam sobre uma autorreflexão radical acerca de todos os aspectos da práxis etnográficas. Nesse sentido, Scholte erigia não apenas a reavaliação crítica da história disciplinar da antropologia como uma atividade desde sempre velada, como também a formulação de um programa deliberadamente antipositivista e reflexivo de conhecimento antropológico: “Em lugar do relativismo objetificado, a antropologia seguiria um ideal emancipatório que compreendia e refletia as ideias da etnografia como ferramentas progressivas e políticas.”¹³

A ideia do alócronismo é uma crítica a antropologia tradicional que tratou etnias e culturas, de determinados povos, como se estivessem em um tempo passado, diferente do tempo “universal”, essa prática seria uma espécie de negação de contemporaneidade. Assim essa visão se expressa na ideia de que haveria povos mais ou menos evoluídos, ressaltando os discursos e relações de poder coloniais.

A existência de um sentido para o “outro” parte da ideia de uma universalidade ou totalidade, assim ao se observar um único sistema, se concebe regras únicas, e elas são impostas “de fora e de cima”, formando desse sistema uma cultura, a teoria passa a ser prática, incorporada. Quando a cultura histórica se constitui, ela é elaborada dessa maneira, pois é fruto da incorporação do discurso alócronico, ao discurso histórico, ressaltando a ideia do atraso.

A partir disso podemos observar os conceitos que carregam o sentido alócronico, os conceitos são produtos da interação sensorial, produzidos e visualizados na linguagem, e essa linguagem é temporal, no aspecto de sua reprodução e sua assimilação. O conceito de atraso permeou a cultura histórica e se materializou nos discursos políticos, nas palavras dos intelectuais, nos projetos políticos, nos slogans políticos. Então, essa distância entre o desenvolvido e o atrasado é uma construção discursiva que é útil para justificar as diferenças, o atraso. Para atestar o discurso colonizador ou permear o discurso de superação do atraso.

¹² Bob Scholte, “Toward a Reflexive and Critical Anthropology”, in Dell Hymes (org.), *Reinventing Anthropology*, New York: Pantheon Books, 1972, pp. 430-457.

¹³ Johannes Fabian, *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*, Petrópolis: Editora Vozes, 2013, p. 19.

Obviamente, Fabian não nega a existência de ritmos históricos distintos, mas a crítica que elabora está na percepção que não concebe a contemporaneidade de diferentes realidades históricas e culturais.¹⁴

Se o anacronismo é um fato ou afirmação fora do seu tempo, por exemplo, atribuir a um personagem histórico do século XV uma ideia ou conceito do século XXI, o anacronismo se configura assim como um equívoco, um erro. Por sua vez, o alócronismo não é um simples erro, ele é um dispositivo político, próprio do colonialismo, onde a superioridade europeia se materializa na dimensão econômica, portanto também em outras dimensões.

Segundo Fabian, no século XIX conceitos como “primitivo”, “civilização”, são usados para fazer a diferenciação entre o tempo dos povos, onde o centro de referência seria a Europa. Assim a “negação do contemporâneo”, “denial of coevalness”, seria um método de observação do outro, cujas bases estavam na episteme moderna, em que configura de forma material o progresso, a partir da ideia da industrialização.

O pensamento que defendia a ideia da necessidade de industrialização no Brasil, existe desde o século XIX, e é fortemente ressaltado por intelectuais no século XX, sinalizando uma necessidade de industrialização como mostra da modernidade. A crise econômica no Brasil nos anos de 1880 suscita o debate de ideias entre os que buscavam compreender a realidade nacional e transformá-la. Alguns intelectuais já preconizavam a questão da industrialização, como é o caso de Amaro Cavalcanti e Serzedelo Correa, defensores da industrialização como arma contra os efeitos das crises.¹⁵ Aos poucos essa defesa pela indústria nacional se torna um dos grandes pilares do desenvolvimentismo brasileiro, pois a industrialização também seria uma resposta ao fim da dependência ao mercado externo, e superação das raízes coloniais, a sincronização do tempo brasileiro.

Nesse ponto a cultura histórica do atraso que se observa no Brasil, se fundamentou na ideia de superação das raízes coloniais, principalmente quando observamos os intelectuais dos anos 1930, 1940 e 1950, que ao pensarem o desenvolvimento do Brasil, voltavam seus olhares ao passado colonial, buscando respostas para o presente, voltam ao ponto de partida dessa ideia de atraso, o pensamento colonial. A questão é que ao buscar a compreensão do atraso, já se aceita a identidade nacional ligada à falta do progresso, o que é a expressão da assimilação dessa cultura do atraso, mesmo sendo um movimento que busca a superação. Para Fabian, o alócronismo se estabelece então, como uma cosmologia política, como um mito que tende a estabelecer o domínio sobre os discursos: “(...) o tempo contribui para a composição de uma cultura, porque é um dos mais

¹⁴ Fabian, *O tempo e o outro...*

¹⁵ Nícia Villela Luz, *A luta pela industrialização do Brasil*, São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

importantes meios de comunicação. Conceituações do tempo pertencem ao núcleo das crenças e valores que representam a identidade de uma cultura”.¹⁶

Outro autor que acentuou a discussão foi Chakrabarty com sua obra “Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference”.¹⁷ O historiador defende a tese de que há uma ideia de universalidade colonial que impõem uma temporalidade de atraso e inferioridade às colônias. Sendo assim, o autor questiona essa universalidade das categorias europeias, se configurando assim uma crítica pós-colonial sobre a concepção de tempo.

A História para Chakrabarty é uma construção cultural, e, portanto, assimila a influência da ideia eurocêntrica de um descompasso temporal, dificultando uma análise histórica que admita a autonomia e complexidade de cada contexto nacional, na pluralidade de seus ritmos e trajetórias históricas, ressaltando a ideia de uma hierarquia temporal.¹⁸

Sendo assim, a narrativa do atraso brasileiro tem suas raízes nesse sentido histórico europeu, onde o grande e único relógio cronometraria o tempo de toda as nações, detectando o atraso ou a modernização. A partir do momento que o atraso é constatado, uma operação política do tempo precisa ser colocada em ação, a necessidade de sincronização com o tempo moderno se torna a grande missão do presente.

O sincronismo e a necessidade de superação do atraso

Os trabalhos do historiador norueguês Jordheim são essenciais para pensarmos a questão da sincronização temporal. Alguns autores de matriz koselleckiana podem indicar teorias que demonstrem uma nova metafísica do tempo, e entre elas se destaca a teoria de Jordheim que impulsionou ainda mais o desenvolvimento da ideia da contemporaneidade do não contemporâneo de Koselleck, reformulando a “sincronicidade do não sincrônico”.¹⁹

Ao longo da história da historiografia esses tempos foram comparados, unificados e adaptados por meio de práticas conceituais e materiais que Jordheim, inspirado por Fabian²⁰, denominou de “practices of synchronization”,

¹⁶ Fabian, *O tempo e o outro...*, p. 83.

¹⁷ Dipesh Chakrabarty, *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, Princeton: Princeton University Press, 2000.

¹⁸ Dipesh Chakrabarty, *Al margen de Europa: pensamiento poscolonial y diferencia histórica*, Barcelona: Editorial Tusquets, 2008.

¹⁹ Hélio Rebello Cardoso Jr., María Inés Mudrovic e Achim Landwehr, “Tempos da História: uma visão geral dos estudos acerca do tempo relacionados à Teoria da História (Conceitos, Questões e Tendências)”, *História*, v. 42 (2023), pp. 1-17, <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2023043.pt>.

²⁰ Fabian, *Time and the Other...*

“práticas de sincronização”.²¹ Essas práticas deram origem a uma cronologia homogênea, linear e teleológica. Portanto, dois historiadores se destacam nessa história da historiografia sobre o tempo, de um lado o pioneiro Fernand Braudel, com a teoria das diferentes durações e de um tempo estrutural, baseado em ciclos sociais e econômicos, ainda muito influenciado pelo regime de historicidade moderno, onde por que se admita uma crítica a linearidade, dando ênfase aos retornos, rupturas, repetições, ainda existe uma ideia de um tempo estrutural, por outro lado observa-se uma teoria que ampliou essa concepção, mostrando as diferentes camadas do tempo que coexistem em mesmo tempo cronológico, isso se dá a partir de 1979 com Koselleck.

Para Koselleck a palavra-chave não seria mais a multiplicidade ou pluralidade temporal, como para os Annales, mas a palavra seria “ungleichzeitigkeit”, “não sincronidade”.²² Pois, seu método pressupõe a existência de tempos em descompassos, em um mesmo momento histórico, temporalidades distintas, maneiras de conceber o passado e o futuro não sincronizadas. Esse seria um dos objetivos da História dos Conceitos, investigar a simultaneidade do não simultâneo inerente ao conceito.²³

No caso do Brasil, a simultaneidade do desenvolvimento das nações chamadas ricas, no mesmo momento histórico do atraso das nações ditas subdesenvolvidas, são camadas do tempo que se sobrepõem, que coexistem. E nesse contexto, uma cultura histórica se produz, onde se assimila a ideia de história universal, moderna, que tem em sua razão de ser a função de sincronizar, narrativas nacionais a uma narrativa apenas, a narrativa da História, o conceito moderno de História se dá na função sincronizadora que mesma carrega. O historiador alemão Droysen resumirá esta transformação de sentido: “Acima das histórias (*Historie*) está a História (*Geschichte*)”.²⁴

E assim, a ideia do universal se funde a História e ao tempo, a ordem internacional também é uma ordem temporal, em busca de um alinhamento entre os múltiplos tempos culturais. Porém sincronizar culturas, línguas e políticas não é uma situação espontânea, mas é resultado de uma ação política, social e linguística, reforçando mais uma vez a importância da observação dos conceitos, do uso das palavras.

Desse modo, para Jordheim e Wigen existem ferramentas que operacionalizam essa sincronização, como o caso das inovações tecnológicas, que

²¹ Helge Jordheim, “Introduction: Multiple Times and the Work of Synchronization”, *History and Theory*, v. 53, n. 4 (2014), pp. 498-518 (p. 498), <https://doi.org/10.1111/hith.10728>.

²² Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 115.

²³ Jordheim, “Introduction”, pp. 498-518.

²⁴ Koselleck, *Futuro passado...*, p. 49.

é um esforço de padronizar as práticas culturais, alguns exemplos seriam os relógios, locomotivas, satélites.²⁵ Porém, existem outras ferramentas, e essa nos importa mais, quanto a nossa questão, pois se trata da ordem linguística, através dos conceitos que são utilizados para ordenar eventos e políticas no tempo de ordem internacional. Esses seriam conceitos sincronizadores que podemos destacar nas palavras: progresso, desenvolvimento, atraso, crise. A ideia do progresso, se funde a perspectiva do tempo moderno, universal, linear, impondo uma ordem que afeta a cultura, que se manifesta em discursos políticos, e até mesmo a maneira de pensar a História esta subjugada a essa operação política do tempo.

Outro conceito destacado por Jordheim e Wigen é o conceito de crise, que seria um retrocesso ou estagnação temporal. Para Denis Diderot²⁶ e Jean-Jacques Rousseau²⁷ o conceito de crise sugere a necessidade e possibilidade de reformas, mudanças radicais, revoluções, como horizonte de expectativa.

A noção de necessidade de reformas, já era vista nos textos de Celso Furtado e na própria criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, outro momento em que a palavra ganha destaque é em 1963, os jornais, os planos governamentais, como o Plano Trienal elaborado por Celso Furtado, repetiam a palavra reforma, pois o Brasil estava vivendo uma das suas grandes crises econômicas e políticas. A ideia da reforma, para conter o atraso era recorrente, ela é uma ferramenta sincronizadora também, e se respaldava na perspectiva histórica que existia naquele momento.²⁸

Nesse sentido, o conceito de atraso implica na mesma lógica do conceito de crise, como um elemento que gera descompasso, desaceleração em um processo de progresso, ou para o nosso caso desenvolvimento, esses conceitos seriam o que Koselleck sinalizava como a “assinatura estrutural da Modernidade”.²⁹ O atraso está ligado ao desenvolvimento, o desenvolvimento que aponta para o Futuro e o atraso que materializado no presente brasileiro evocava mudança, para alguns reforma, planejamento, para outros revolução, mas para todos sincronização.

²⁵ Helge Jordheim e Einar Wigen, “Conceptual Synchronisation: From Progress to Crisis”, *Millennium: Journal of International Studies*, v. 46, n. 3 (2018), pp. 279-300, <https://doi.org/10.1177/030582981877478>.

²⁶ Denis Diderot e Jean Le Rond d’Alembert (dirs.), *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (Vol. 1), Paris: Briasson, 1751, pp. 305-308.

²⁷ Jean-Jacques Rousseau, *Discurso sobre as ciências e as artes*, São Paulo: Abril Cultural, 1973.

²⁸ Neilaine Ramos Rocha de Lima, “Os fundamentos teóricos para a criação da SUDENE: uma análise do pensamento de Celso Furtado e de seu conceito de História”, *Revista Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2 (2020), pp. 129-155, <https://doi.org/10.12957/intellectus.2020.50493>.

²⁹ Koselleck, *Futuro passado...*, p. 372.

Os conceitos de progresso, crise, atraso foram utilizados por líderes políticos e intelectuais para organizarem e assumirem um controle do tempo, usando conceitos como ferramentas sincronizadoras, nas frases e discursos políticos, nas teorias dos intelectuais Jordheim e Wigen. E para esse trabalho, esses conceitos sincronizadores são também frutos da cultura histórica brasileira, evidenciando sua dimensão política que também interfere na dimensão cognitiva que podemos destacar nas ideias contidas nos discursos intelectuais, principalmente de alguns casos selecionados que nos auxiliarão para a verificação de nossa hipótese.

Intelectuais e a cultura histórica do atraso

Para que a cultura histórica possa ser percebida, é necessário que ela rompa os limites ideológicos ou teóricos e se encontre em ideários distintos, levando em consideração suas peculiaridades. Defendemos aqui a hipótese de que, mesmo tendo anatomias teóricas distintas, o nacional-desenvolvimentismo, o socialismo e o liberalismo partem do princípio de uma cultura histórica do atraso. Para essa verificação, escolhemos três intelectuais marcantes nessas linhas teóricas, sendo eles: o desenvolvimentista Furtado, o liberal Eugênio Gudin, e o socialista, Nelson Werneck Sodré.

É importante salientar que, em sua maioria, os autores que escreveram sobre a historiografia econômica do Brasil observaram que, principalmente a partir dos anos 1930, formatou-se no país um debate entre alguns ideários: o do liberalismo, o nacional-desenvolvimentismo e o socialismo.

A grande questão desses debates é a necessidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pois, para os liberais – como o exemplo da figura do economista Gudin; para os desenvolvimentistas – como Furtado; e para os socialistas – como Sodré –, não visualizava, no “horizonte de expectativas”, outro sistema que não fosse o capitalismo: o do livre mercado, ou gerenciado pelo Estado, ou até mesmo como etapa para o socialismo. Portanto, pensar o desenvolvimento do capitalismo seria pensar o desenvolvimento da própria história do Brasil. Assim, delimitamos a análise bibliográfica a essa problemática.

Há duas obras que tratam da história do pensamento econômico brasileiro de forma sistemática, e, para parte da historiografia, essas obras teriam inaugurado essa fase de análise do pensamento econômico brasileiro. As obras são resultantes das pesquisas de doutorado de Guido Mantega e de Ricardo Bielschowsky realizadas na década de 1980, o momento histórico de decadência das ideias desenvolvimentistas. O objetivo dos autores foi mapear e analisar o pensamento econômico brasileiro até o final da década de 1960. Nos resultados

apresentados, ambos ressaltam a ideia de que a temática do desenvolvimento e subdesenvolvimento orquestrou o pensamento e o debate econômico no Brasil até a década de 1960.

A pesquisa de Bielschowsky resultou no livro “Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo”.³⁰ Trata-se de uma abordagem sistemática do contexto em que ambos os ideários se processaram e se chocaram, construindo o debate que marcou as décadas de 1940 a 1960. O autor elabora o conceito de ciclos ideológicos do desenvolvimentismo, destacando a existência de diferentes correntes: desenvolvimentista estruturalista; liberalismo; socialismo.

Para constatar que, realmente, essa cultura histórica se encontrava em outros discursos, como liberalismo e socialismo, vamos fazer um recorte pontual, dando ênfase nas ideias de importantes intelectuais do período, representantes dessas ideias: o liberal Gudin, um dos grandes nomes da história do pensamento econômico brasileiro, e Sodré, um intelectual participante do Partido Comunista Brasileiro, que, apesar de seu íntimo envolvimento com as ideias desenvolvimentistas, ainda tinha em seu horizonte de expectativa o comunismo.

Sem sombra de dúvidas, dentre esses três ideários o nacional-desenvolvimentismo se destacou no tocante a pensar medidas e saídas quanto a superação do atraso. O próprio conceito “desenvolvimentismo” retrata a ideia da necessidade de uma ação mobilizadora de desenvolvimento, partindo do pressuposto do subdesenvolvimento brasileiro, ressaltando a ideia do tempo alócronico, de um Brasil não contemporâneo às nações desenvolvidas. O conceito então se soma ao termo “nacional”, que resalta o teor sincrônico, pois delimita à nação a necessidade de superação da estagnação temporal, a partir de medidas políticas sincronizadoras. Se existe um ideário que resume de forma contundente a cultura histórica do atraso é o nacional desenvolvimentismo, pois ele é fruto dessa cultura.

Furtado, um dos grandes intelectuais representantes do nacional desenvolvimentismo, foi economista que encontrou na História sua principal ferramenta metodológica; dentre outros, representa uma historiografia voltada para a resolução de um problema do presente, onde, ao analisar o passado colonial, encontraria as causas dos problemas que a nação enfrentava. Em razão disso, considerava necessária uma definição conceitual de processo histórico; a partir de tais conceitos, poder-se-iam traçar os planos políticos e as metas governamentais, tendo em vista que a superação da história passada seria

³⁰ Ricardo Bielschowsky, *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*, Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2004.

conduzida pela força motriz do Estado, como se pensava no ideário nacional-desenvolvimentista.

A ideia de “50 anos em 5”, postulada pelo governo Kubitschek, do qual Furtado fez parte, remete-nos à realidade histórica na qual o Estado se munia de instrumentos para acentuar sua intervenção econômica. Um desses instrumentos foi encontrado na justificativa teórica fornecida por intelectuais como Furtado, que acreditavam ser necessária a ação governamental para a superação do subdesenvolvimento, ressaltando a ideia de sincronismo como uma operação política do tempo.³¹

Mesmo quando Furtado analisou os problemas estruturais da história do Brasil e constatou as peculiaridades que o diferenciavam de outras nações, o intelectual buscou uma teoria que corrigisse esse processo, que colocasse o país nos trilhos do desenvolvimento e do progresso, assim como as outras nações. Ele elaborou esse raciocínio, ainda que tivesse sinalizado que o subdesenvolvimento não era uma etapa para o desenvolvimento, mas sim um processo de atrofia econômica. É salientar que a sincronização que Furtado propõe respeitam às características próprias da cultura e história do Brasil, não busca uma réplica da Inglaterra ou dos Estados Unidos, como os liberais acreditavam; pelo contrário, ele destaca as peculiaridades nacionais, mas não deixa de evidenciar que o atraso existe, e a contestação desse fato é fruto da observação do outro, das outras nações.

Influenciado pelo marxismo, Furtado não acreditava em uma economia pura, mas atrelava as condições e os resultados econômicos ao mundo social, ou seja, vinculava o mundo material ao social. Em pesquisa na biblioteca particular de Furtado, encontramos uma enciclopédia³², cujos grifos mostram que o autor, ao estudar o marxismo, dele captou principalmente a ideia de uma história material, onde a economia não é compreendida sem o entendimento do mundo social historicamente construído. Um dos grifos diz respeito à ideia de que o material está ligado ao social: “Para Marx, a economia pura não existia; as leis econômicas, assim como todas as outras chamadas leis sociais, eram para ele apenas categorias transitórias.”³³ Nesse sentido, Furtado leva em consideração as características do Brasil; mesmo dando ênfase a esse elemento, a ideia do atraso ainda persiste, pois ela não está em discussão.

³¹ Neilaine Ramos Rocha de Lima, *Celso Furtado x Eugênio Gudin: a construção de um debate político sob a concepção basilar da História*, Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista, 2017.

³² *Encyclopedia of the Social Sciences* (Vol. 15), New York: Macmillan, 1944, p. 199.

³³ Tradução da autora. No original: “for Marx, pure economics did not exist; economic laws, like all other so-called social laws, are to him only transitory categories”. *Encyclopedia of the Social Sciences*, p. 199.

A fonte de respostas para a elaboração de um projeto estaria, na ótica furtadiana, na história: “aproximar a História da análise econômica; extrair destas perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História”.³⁴

Furtado faz parte de uma geração de intelectuais que acreditava que a história poderia ser fonte de entendimento dos problemas de seu presente, mas não somente isso: o estudo do passado poderia fornecer indícios para a resolução das causas do atraso, para um projeto de desenvolvimento que, para ele, seria um projeto político. Assim, o teor de seu discurso nos debates era político, pois estes não tratavam apenas do passado ou do presente: eram, principalmente, sobre o futuro, ou seja, tinham em vista um projeto de aceleração do tempo no Brasil em seu horizonte de expectativa.

Por sua vez, Sodré, é o exemplo de um intelectual influenciado pelo desenvolvimentismo, como muitos outros socialistas e comunistas. Dentre seus principais conceitos se destacam o conceito de “semifeudalismo” brasileiro e “revolução”, e a partir desses conceitos iremos analisar as questões temporais de suas ideias.

Para o intelectual, o comunismo estava atrasado no Brasil, e isso se dava porque as etapas históricas do desenvolvimento econômico brasileiro não se desenrolaram, principalmente pela dependência econômica que o país vivia de nações desenvolvidas.

Sodré tratou em sua obra “Revolução Brasileira” acerca da luta antifeudal, uma proposta criada também pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), ao qual estava ligado às ideias de Lênin. Procuraram identificar as “relações de produções semifeudais, ou pré-capitalistas, na estrutura econômica social brasileira”.³⁵ Esse pensamento, que se apoia no argumento de que o Brasil possuía resquícios feudais, se constrói após a fundamentação da teoria marxista, em que, para que um país pudesse chegar de fato ao comunismo, era necessário superar a sua herança feudal, uma vez que esse regime era visto como retrógrado, e que a burguesia teria surgido de sua ruína.³⁶

Embora tenha sido uma teoria muito criticada por outros intelectuais, os quais não creem que possa ter existido um feudalismo em território nacional, tais como Caio Prado Júnior., esse argumento, percebido no ideário de Sodré e em seu conceito de Revolução, é mais um indício de uma cultura histórica alócronica, onde a história da Europa é a referência para as demais nações.

Para Sodré, a revolução seria formatada através de reformas, e não de uma luta armada, como algumas vertentes socialistas pensavam. Assim, Sodré buscou

³⁴ Celso Furtado, *A fantasia organizada*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 205.

³⁵ José Carlos Reis, *Identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 151.

³⁶ Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa: Editorial Avante, 1997.

em sua obra “Revolução Brasileira” apresentar as formas com que o Brasil poderia superar o seu passado colonial, para que pudesse chegar ao socialismo.³⁷ O socialismo seria o futuro, sem desigualdades sociais; o avanço no tempo estava nessa condição e a “revolução” seria um conceito que expressa uma ferramenta de aceleração, como posteriormente Koselleck observou ao tratar o conceito.³⁸ Nesse sentido, a revolução seria um elemento fundamental para que o cenário feudal fosse descontinuado; ela seria ferramenta de sincronização temporal, pois expressa aceleração no tempo e correção de contexto.

Para esse intelectual, existiria um conflito entre o velho e o novo, que divide a sociedade em duas esferas: de um lado, a parte moderna e urbana; do outro, o atrasado e rural. Isto é, o que levou a uma sequência de avanços e modernização em que o país, na década de 1950, foi alterando as relações de produção. De um lado estava a classe dos latifundiários; de outro, passou a emergir a burguesia nacional, dando origem à industrialização dentro da sociedade. A revolução burguesa teria como missão se sobressair ao atraso que se materializava nos latifúndios, herança do passado colonial: “Como Revolução Brasileira, entendemos um processo de transformação que o nosso país atravessa no sentido de superar as deficiências originadas de seu passado colonial e da ausência da revolução burguesa no seu desenvolvimento histórico”.³⁹

O passado estava presente: o passado colonial era um passado ainda existente nos latifúndios. O espaço de experiência de Sodré e outros intelectuais era a certeza de uma persistente existência de resquícios coloniais, que impediam que o Brasil alcançasse o futuro desenvolvimento. O futuro presente, como Koselleck nos direciona a pensar – um horizonte de expectativa –, era a noção de uma transformação necessária para que o futuro fosse diferente, fundamentado na esperança de independência do capital externo e desenvolvimento da indústria nacional.⁴⁰ Porém, o caminho para essa superação estava na perspectiva moderna de que, racionalmente, pela consciência do Estado ou partidos, poderia se alcançar uma realidade melhor no futuro, o desenvolvimento, através das reformas. A reforma agrária e os subsídios para a indústria nacional eram atitudes concretas que o Estado deveria ter para a luta contra o antifeudalismo e o anti-imperialismo.

Esse pensamento, que via o Brasil como feudal, atrasado e com a necessidade urgente de uma revolução, é mais uma expressão da cultura histórica do atraso, trazendo novamente como referência a Europa e sua história,

³⁷ Nelson Werneck Sodré, *Introdução à Revolução Brasileira*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

³⁸ Koselleck, *Futuro passado...*, pp. 61-77.

³⁹ Sodré, *Introdução à Revolução Brasileira...*

⁴⁰ Koselleck, *Futuro passado...*, p. 305.

ressaltando a necessidade de sincronização temporal como uma operação política do tempo.

Por sua vez, do outro lado desse debate, representante do pensamento liberal, o intelectual e economista Eugênio Gudín, em sua obra “Capitalismo e Evolução”, fez uma retomada histórica da evolução do capitalismo e ressaltou o papel da técnica no processo produtivo.⁴¹ A técnica, para um liberal, nada mais é que uma habilidade aprendida em um tempo e um espaço. O tempo e o espaço dizem respeito ao contexto que possibilitou tal aprendizado, tal experiência; ou seja, dizem respeito às condições básicas referentes à instrução ou à educação e à liberdade. A habilidade de transformar os meios de produção surge das necessidades do indivíduo; portanto, a troca, o trabalho domiciliar e as primeiras manufaturas surgem das necessidades humanas e se desenvolvem com base no acúmulo de capital e de conhecimento. Estes só poderiam se dar em uma conjuntura de liberdade e educação, que, para ele, se expressava em valores humanos, dando condições para que o indivíduo tivesse autonomia para empreender e transformar seu contexto. Sendo assim, o atraso seria vencido pela ação do indivíduo, que geraria a “evolução”:⁴²

O nosso grande problema de desenvolvimento e progresso é, portanto, acima de tudo, um problema de escassez de valores humanos (quantitativamente, repito). E é por isso que é preferível entregar a execução do processo de desenvolvimento econômico, tanto quanto possível, ao mecanismo impessoal dos preços do mercado, de preferência aos políticos, que sobrepõem o interesse regional e eleitoreiro aos reclamos do progresso nacional.⁴³

Para se compreender a evolução cultural na concepção liberal, precisamos observar o pressuposto de que a “evolução”, ou o “progresso”, não pode ser planejado racionalmente. Essa é a base da grande crítica de Gudín aos planos de reformas institucionais desenvolvimentistas. Ao longo da história, os erros dos homens seriam úteis para que avançassem na tentativa de satisfazer suas vontades e atingir seus objetivos. Para tal fim, não haveria uma estratégia preestabelecida, uma teoria racional ou um planejamento coerente, pois o desenvolvimento seria um fenômeno inteiramente subjetivo. A única coisa pela qual racionalmente se poderia lutar seria a preservação dos fundamentos básicos da ação humana, acima de tudo a liberdade: primeiramente a econômica e, em segundo plano, a política. Portanto, o momento e o lugar em que, para um liberal,

⁴¹ Eugênio Gudín, *Capitalismo e sua evolução: conferência realizada na Liga de Defesa Nacional*, Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1936.

⁴² Lima, *Furtado x Eugênio Gudín...*, p. 168.

⁴³ Eugênio Gudín, *Análise dos problemas econômicos brasileiros*, Rio de Janeiro: Agir, 1965, p. 104.

se prevê a intervenção do Estado seria no caso de uma ameaça à liberdade econômica; esse foi o argumento utilizado por Gudin na defesa da intervenção militar em 1964, que seria um agente que se comporta como um “poder moderador” para que o fluxo do tempo se desenvolva naturalmente em prol do fim do atraso.

Até mesmo o pensamento que nutriu a necessidade de uma intervenção militar, marcando dolorosamente a história do Brasil, foi respaldado também em uma cultura histórica do atraso. Esses exemplos ressaltam que essa cultura está para além de partidos e ideologias: está na identidade nacional.

A noção de “horizonte de expectativa” de Koselleck ajuda a visualizar como cada intelectual, em seu presente, pensa seu futuro; como, em sua tentativa de prognóstico, ele se pauta na observação do próprio “espaço de experiência”, o passado. O passado serviria como uma fonte de informações para responder às questões do presente e forneceria subsídios para a criação de um modelo, um caminho a seguir em busca das soluções para o futuro, ou seja, a superação do atraso econômico.

A questão levantada nos escritos de Furtado, Sodré e Gudin nos remete ao conceito de processo histórico. Em suas teses, Koselleck observa que toda formação conceitual está intimamente ligada com sua temporalidade. O contexto histórico é que nortearia a formatação das definições que fundamentam os ideários, os projetos políticos, os planos de desenvolvimento e, em geral, o pensamento intelectual. Para esse autor, o uso público e político das palavras depende do contexto temporal de elaboração dos conceitos, os quais são norteadores dos discursos.

Sendo assim, o uso público e político da palavra “desenvolvimento”, que emerge de discussões intelectuais, é uma operação política do tempo, em que o atraso é constatado e não questionado, formatando, assim, não só uma vertente historiográfica ou uma constatação historiográfica, mas, ultrapassando os limites da academia, essa narrativa do atraso atinge as escolas, os projetos políticos e os planos de governo, criando uma cultura histórica baseada na ideia de sincronização.

A cultura histórica do atraso

A partir de todos os elementos vistos até esse momento, entendemos como se manifesta a ideia de atraso recorrente em diferentes discursos produzidos pela sociedade brasileira, por políticos e intelectuais, e como essa ideia nega a contemporaneidade do Brasil em relação a outros países, manifestando o alócronismo e, ao mesmo tempo, reforçando a necessidade de uma ação do

Estado em busca de uma correção do tempo, uma sincronização, impondo um ritmo de desenvolvimento através de planos e metas que visavam acelerar o tempo brasileiro em relação ao tempo do outro. Percebemos, assim, a elaboração não apenas de uma ideia do atraso brasileiro, mas de uma cultura histórica do atraso, pois a fundamentação desse discurso está na interpretação do passado, em memórias históricas de comparação e na formação da nação brasileira. Portanto, como último passo de nosso raciocínio, devemos articular essas ideias à defesa da hipótese de que é possível se observar a existência de uma cultura histórica do atraso.

Nosso ponto de partida nesse argumento se fundamenta no conceito de cultura histórica de Rüsen, em que o autor aponta que existem dinâmicas de rememoração do passado, e essa rememoração possui um caráter prático na esfera pública, cristalizando uma memória histórica no espaço público, que, no caso de nosso estudo, se reflete nos slogans políticos e discursos intelectuais e em suas constantes repetições ao longo das décadas, o que mostra uma recepção social que possui um sentido e fornece uma orientação para a sociedade:⁴⁴

(...) o conceito de cultura histórica aborda um fenômeno que caracteriza, há tempo, o papel da memória histórica no espaço público (...) a grande atenção que suscitaram os debates acadêmicos fora do círculo de especialistas e a surpreendente sensibilidade do público ao uso de argumentos históricos para fins políticos.⁴⁵

Para Rüsen, dentre as diferentes dimensões da cultura histórica, estariam duas denominadas como dimensões *a priori*, que se estabelecem em diálogo com nossa questão: a dimensão cognitiva e a dimensão política. A dimensão cognitiva é a busca por perceber, interpretar e orientar através da compreensão do passado; é a função que os intelectuais exercem ao utilizar a história não apenas para entender o passado, mas também para gerar narrativas de orientação. Por sua vez, a dimensão política se consolida na relação de domínio consensual, em que o passado é utilizado como ferramenta de legitimação da orientação desse poder.

Sendo assim, na prática cultura histórica consegue sintetizar visões históricas em diferentes dimensões, tais como: universidades, museus, escolas, setores administrativos, a mídia e diferentes instituições culturais que possam ser lugares de expressão de memória coletiva. O poder político e os intelectuais também sintetizam visões históricas, como vimos acima. Para Elizabeth Jelin, o passado não se altera, mas o sentido que damos a ele é transitório e historicamente elaborado. Esse sentido, para a autora, é ativo, elaborado por

⁴⁴ Jörn Rüsen, *Contribuições para uma teoria da didática da História*, Curitiba: W.A. Editora, 2016.

⁴⁵ Rüsen, *Contribuições para uma teoria da didática da História*, p. 55.

agentes sociais, como os intelectuais, que estão em confronto em lugares de memórias: “Atores e ativistas utilizam o passado, inserindo suas interpretações e significados na esfera pública do debate. A intenção é estabelecer, convencer e transmitir uma narrativa que possa eventualmente ser aceita”.⁴⁶

Esse processo de construção de uma memória social é subjetivo e faz parte da articulação prática da consciência histórica frente às carências de orientações sociais. O resultado disso se expressa na cultura histórica. No Brasil, a falta de dinamismo econômico, a existência de lugares com altos níveis de pobreza e uma economia dependente de nações industrializadas geraram um mal-estar intelectual, que, no início do século XX, se manifestou em trabalhos cuja narrativa principal buscava uma orientação frente à carência de uma resposta que sanasse a pergunta: por que não somos desenvolvidos? Assim, buscava-se não só uma resposta histórica, mas uma solução que orientasse o futuro, pois a questão do subdesenvolvimento brasileiro gerava uma carência de orientação futura, uma desesperança social.

Grandes intelectuais brasileiros — e podemos destacar alguns clássicos, como Gilberto Freyre, Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, além de nomes que tivemos mais espaço para analisar, como Furtado, Sodré e Gudín — já interpretavam o Brasil a partir da ideia de atraso, e suas obras buscavam respostas para esse atraso na História. Não eram historiadores tentando entender o passado, mas intelectuais, pensadores que tentavam compreender o subdesenvolvimento a partir da História, produzindo uma historiografia teleológica, buscando as raízes do problema do atraso e construindo narrativas de uma memória nacional, dando sentido ao passado nacional.

Essa realidade teórica carrega intrinsecamente, em todo o processo de elaboração de uma narrativa do desenvolvimento, a ideia do atraso. Ela é o que mobiliza esses trabalhos e é a razão dos debates existentes entre diferentes teorias. Assim, a ideia do atraso não está apenas no cerne do chamado desenvolvimentismo, mas também é ponto de partida de outras teorias, como o próprio marxismo ou o liberalismo econômico. É uma herança do regime de historicidade moderno, se tornando uma cultura histórica que atravessa matrizes teóricas distintas.

A historiografia desse momento é feita e influenciada por esse contexto teórico, por essa grande pergunta: por que existe o atraso no Brasil? Nesse sentido, não há questionamento da ideia do atraso; há caminhos distintos de visões teóricas antagônicas para a superação do atraso, mas ele é inegavelmente

⁴⁶ Elizabeth Jelin, *Los trabajos de la memoria*, Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 39. No original: “Actores y militantes usan el pasado, colocando en la esfera pública, de debate, interpretaciones y sentidos del mismo. La intención es establecer, convencer, transmitir una narrativa, que puede llegar a ser aceptada”. Tradução da autora.

o presente. É a partir dessa ideia de presente atrasado que o espaço de experiência é analisado, na busca de respostas para um projeto que resulte em um horizonte de expectativa, onde o atraso seja superado e, de forma acelerada, sincronize o Brasil ao tempo do futuro, ao tempo dos outros — Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha etc.

A memória histórica orienta a perspectiva temporal, na qual o passado aparece como história plena de sentido e significado para o presente, sempre seguindo um sistema de coordenadas políticas (entre outras coisas), correspondente às vontades do poder, com as quais os sujeitos que rememoram organizam sua vida prática.⁴⁷

Se voltarmos ao início desse texto e analisarmos os slogans políticos das últimas décadas, observaremos que o foco de grande parte desses discursos é o conceito de desenvolvimento, e um desenvolvimento que é a personificação do próprio futuro, e é assimilado, dito, replicado por grande parte da sociedade, pois não são conceitos que se concentram no palácio da república, mas nas mentes e bocas das pessoas, de diferentes partidos.

Segundo Koselleck, os conceitos baseiam-se em sistemas político-sociais: uma sociedade está sempre formando seus conceitos, atribuindo-lhes historicidade. Existem conceitos que parecem ter uma generalidade intrínseca: é o caso de desenvolvimento, que, em dicionários populares, aparece com as seguintes definições: ato ou efeito de desenvolver; aumento; progresso; incremento; propagação. Porém, principalmente a partir da década de 1930, o uso desse conceito ganhou espaço nas teorias econômicas e sinalizou a necessidade de sua ressignificação, sendo complementado pela palavra “nacional”. Assim, o ideário passa a ser um projeto nacional, em busca de sincronizar o Brasil com os países chamados desenvolvidos, elaborando uma política do tempo. Um projeto político que nasce da ideia do atraso é uma operação política do tempo: “Por trás dessa generalidade global, que pode ser ocupada, do ponto de vista político, de modos completamente diversos, faz-se necessário moldar novamente o conceito por meio de definições adicionais. Somente assim é que ele pode funcionar politicamente”.⁴⁸

Segundo Hannah Arendt, grande parte das ideologias ou conjuntos de ideias e concepções que buscam nortear ou explicar a realidade tem em sua essência a busca por uma solução histórica, o que a autora chama de “a chave da história”. Questões como o que move os fatos, o que impulsiona a ação do homem, qual o papel do Estado, das classes ou do interesse individual, a base

⁴⁷ Rüsen, *Contribuições para uma teoria da didática da História*, p. 70.

⁴⁸ Koselleck, *Futuro passado...*, p. 107.

para a explicação e a justificativa de determinadas ações políticas estariam respaldadas nessas teorias que expressam, em seu cerne, “a chave da história”.⁴⁹

Nesse sentido, a cultura histórica do atraso gera uma expectativa de uma ação política sincronizadora. Mesmo um liberal como Eugênio Gudín, que acusava o intervencionismo estatal de ser o grande culpado pelo atraso, espera desse Estado uma ação sincronizadora nos indivíduos através da educação, ciência e tecnologia. Pois, para esse intelectual, o subdesenvolvimento não estava apenas em coisas, mas nas pessoas. Então, o Estado também precisaria agir: seria necessária uma política de sincronização.

A cultura histórica do atraso, encontrada nas ideias de muitos intelectuais e nos slogans políticos em diferentes momentos da história do Brasil, respaldou não apenas uma dimensão da identidade nacional ligada ao atraso, mas também pressupõe a necessidade de uma ação política para a correção do problema, que se dá a partir da operação política do tempo, de um tempo alócronico que precisa de sincronização com o moderno.

Considerações finais

Voltando para a frase que nos serviu de introdução de Zweig, “Brasil, um país do futuro”, depois de pensarmos aspectos temporais e conceituais de uma cultura histórica do atraso no Brasil, podemos pensar que talvez o otimismo de Zweig, de um europeu, fosse mesmo que ainda portador de uma episteme moderna, uma visão do outro para nós, mas de uma perspectiva diferente pois, seu ponto de vista partia do seu contexto, o olhar de um judeu no cenário de exílio, frente aos horrores da guerra e do nazismo, o Brasil através dessa comparação seria um lugar pacífico, tolerante e portanto melhor, o ponto de referência negativa do contexto Europeu, naquele momento, gerava descrença ao futuro desse continente, e portanto a esperança residia em outro lugar, no Brasil. Todavia, o otimismo utópico de Zweig, não foi suficiente para que naquele momento acreditássemos mesmo nessa ideia de vocação para o futuro, e ao longo de décadas utilizamos essa frase não como uma afirmação, mas como uma questão: “Brasil, um país do Futuro?”.⁵⁰ Essa dúvida, é mais um sintoma de nossa cultura histórica do atraso.

Os intelectuais, em suas diferenças ideológicas, ressaltam justamente o que não foi apenas uma evidência de um ideário específico, mas uma cultura

⁴⁹ Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁵⁰ Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, “Ser ou não ser ‘país do futuro’, eis uma questão discursiva”, *Linha D’Água*, São Paulo, v. 27, n. 2 (2014), pp. 97-11.

histórica que atravessou diferentes narrativas políticas, ideológicas e históricas. A ideia de que a sincronização com o tempo do outro seria necessária, e, portanto, uma operação política do tempo seria a saída para a superação de um atraso historicamente construído.

Esse trabalho não tem como pretensão criticar a cultura histórica do atraso, pois esse era o horizonte de expectativa do contexto analisado, e talvez ainda persista em nossa identidade nacional, mas pensar que essa cultura histórica do atraso existe e que ela se fundamenta em epistemes de um outro tempo e outro lugar é um exercício fundamental para pensar essa esfera de nossa cultura histórica. Representado em palavras, esse exercício não procura esgotar o tema, mas se configura em uma provocação para que possamos repensar aspectos de nossa identidade nacional e refletir onde nos encontramos no nosso próprio tempo e não no tempo do outro.

Referências:

Adolpho Queiroz e Carlos Manhanelli, “Breve história dos slogans políticos nas eleições do Brasil republicano”, *Signos do Consumo*, São Paulo, v. 1, n. 2 (2009), pp. 235-253, <https://doi.org/10.11606/issn.1984-5057.v1i2p235-253>.

Benjamin Franklin, “Advice to a Young Tradesman, Written by an Old One”, in *The Papers of Benjamin Franklin* (Vol. 3), New Haven: Yale University Press, 1961, pp. 305-308.

Bob Scholte, “Toward a Reflexive and Critical Anthropology”, in Dell Hymes (org.), *Reinventing Anthropology*, New York: Pantheon Books, 1972, pp. 430-457.

Celso Furtado, *A fantasia organizada*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Dipesh Chakrabarty, *Al margen de Europa: pensamiento poscolonial y diferencia histórica*, Barcelona: Editorial Tusquets, 2008.

Dipesh Chakrabarty, *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, Princeton: Princeton University Press, 2000.

Denis Diderot e Jean Le Rond d’Alembert (dirs.), *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (Vol. 1), Paris: Briasson, 1751.

Elizabeth Jelin, *Los trabajos de la memoria*, Madrid: Siglo XXI, 2002.

Eugênio Gudín, *Análise dos problemas econômicos brasileiros*, Rio de Janeiro: Agir, 1965.

Eugênio Gudín, *Capitalismo e sua evolução: conferência realizada na Liga de Defesa Nacional*, Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1936.

Encyclopedia of the Social Sciences (Vol. 15), New York: Macmillan, 1944, p. 199.

Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Helge Jordheim, “Introduction: Multiple Times and the Work of Synchronization”, *History and Theory*, v. 53, n. 4 (2014), pp. 498-518, <https://doi.org/10.1111/hith.10728>.

Helge Jordheim e Einar Wigen, “Conceptual Synchronisation: From Progress to Crisis”, *Millennium: Journal of International Studies*, v. 46, n. 3 (2018), pp. 279-300, <https://doi.org/10.1177/030582981877478>.

Hélio Rebello Cardoso Jr., María Inés Mudrovic e Achim Landwehr, “Tempos da História: uma visão geral dos estudos acerca do tempo relacionados à Teoria da História (Conceitos, Questões e Tendências)”, *História*, v. 42 (2023), pp. 1-17, <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2023043.pt>.

Jean-Jacques Rousseau, *Discurso sobre as ciências e as artes*, São Paulo: Abril Cultural, 1973.
Jörn Rüsen, *Contribuições para uma teoria da didática da História*, Curitiba: W.A. Editora, 2016.

José Carlos Reis, *Identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

Johannes Fabian, *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*, Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

Johannes Fabian, *Time and the Other: How Anthropology Makes Its Object*, New York: Columbia University Press, 1983.

Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa: Editorial Avante, 1997.

Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, “Ser ou não ser ‘país do futuro’, eis uma questão discursiva”, *Linha D’Água*, São Paulo, v. 27, n. 2 (2014), pp. 97-11.

Micheline Mattedi Tomazi e Ana Cristina Carmelino, “Slogan Político: Ethos e Polifonia em Questão”, *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 4, n. 4 (2010), pp. 111-130.

Neilaine Ramos Rocha de Lima, *Celso Furtado x Eugênio Gudin: a construção de um debate político sob a concepção basilar da História*, Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista, 2017.

Neilaine Ramos Rocha de Lima, “Os fundamentos teóricos para a criação da SUDENE: uma análise do pensamento de Celso Furtado e de seu conceito de História”, *Revista Intellêctus*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2 (2020), pp. 129-155, <https://doi.org/10.12957/intellectus.2020.50493>.

Nelson Werneck Sodré, *Introdução à Revolução Brasileira*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

Nícia Villela Luz, *A luta pela industrialização do Brasil*, São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

Reinhart Koselleck, *Estratos do tempo: estudos sobre história*, Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2014.

Ricardo Bielschowsky, *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*, Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2004.

Stefan Zweig, *Brasil, país do futuro*, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1941.

Artigo recebido em 30-09-2025. Aceito para publicação em 05-11-2025.

Citação: Neilaine Ramos Rocha de Lima, "A cultura histórica do atraso no Brasil: ideias e conceitos na operação política do tempo", *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 43 (2025), pp. 1-28.

Contato do autor: Neilaine Ramos Rocha de Lima: nrocha2@uem.br.